

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Copobras Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Copobras Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
Copobras Participações S.A.
São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copobras Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de vendas

Conforme descrito na Nota 22, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, receita operacional líquida consolidada no montante de R\$ 1.330.235 (R\$1.274.243 mil em 31 de dezembro de 2024), o processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na nota explicativa 2.17.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos da Companhia, (ii) testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para corroborar do lançamento do reconhecimento de receita, (iii) testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas, e (iv) testes específicos com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de receita operacional líquida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios de reconhecimento das receitas são aceitáveis, assim como, as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Transações com partes relacionadas - mútuos com acionistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo a receber decorrente de mútuos concedidos aos seus acionistas no montante total de R\$ 128.819 mil (R\$ 183.302 em 31 de dezembro de 2024). Este montante será liquidado ao longo do tempo por meio da compensação com os dividendos a serem distribuídos nos próximos exercício contábeis, dada a importância dos valores envolvidos e o risco inerente associado a esta transação, a qual pode ter um efeito significativo no desempenho das operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, consideramos as transações com os acionistas como um dos principais assuntos de auditoria. As transações, saldos e condições contratuais mais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 12.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a realização de exame da documentação suporte para uma amostra das transações, incluindo a inspeção de contratos e os cálculos preparados pela administração da Companhia; (ii) a verificação da aprovação das transações de acordo com a política estabelecida pela administração da Companhia; (iii) a realização de recálculo da atualização financeira sobre o valor do mútuo com partes relacionadas; (iv) a análise das projeções de resultados, e outros documentos que demonstram a capacidade das contrapartes liquidarem seus respectivos saldos; (v) testes específicos relacionados a consistência dos valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela administração; (vi) comparação das projeções elaboradas pela Administração com as expectativas de mercado de setor equivalente ao que a Companhia atua; (vii) análise de sensibilidade dos resultados projetados pela administração; (viii) teste da razoabilidade dos cálculos aritméticos envolvidos na elaboração das projeções; e (ix) análise das divulgações realizadas pela Companhia na referida nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de mútuo a receber de acionistas, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria que suportam a análise de realização dos mútuos a receber de acionistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SC000048/F


Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O

Copobras Participações S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	656	707	240.239	310.437
Contas a receber de clientes	7	1.653	-	150.311	106.890
Estoques	8	-	-	292.511	313.763
Impostos e contribuições a recuperar	9	2	2	40.279	33.742
Partes Relacionadas	12	25.855	65.906	-	-
Outras contas a receber	11	-	1.387	20.955	8.757
		28.166	68.002	744.295	773.589
Não circulante					
Depósitos judiciais	20	-	-	2.494	2.748
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	4.706	4.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	12.995	9.902
Partes relacionadas	12	-	-	128.819	183.302
Outras contas a receber	11	-	-	3.598	3.246
		-	-	152.612	203.719
Investimentos					
Em controladas	13	114.130	115.025	-	-
Outros investimentos		-	-	6.002	5.879
Intangível	14	-	-	80.814	75.860
Imobilizado	15	-	-	339.714	292.997
		114.130	115.025	579.142	578.455
Total do ativo					
		142.296	183.027	1.323.437	1.352.044

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	-	-	156.079	220.240
Fornecedores risco sacado	16	-	-	135.907	92.871
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	218.666	167.838
Arrendamento mercantil	25	-	-	17.062	14.928
Salários, encargos e contribuições sociais	18	1.653	1.387	38.157	35.289
Obrigações fiscais	19	532	618	28.790	25.441
Dividendos	21	25.968	65.984	25.968	64.596
Outras contas a pagar		-	-	54.360	22.632
		28.153	67.989	674.989	643.835
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	447.635	480.827
Arrendamento mercantil	25	-	-	27.259	28.458
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	20	-	-	6.134	7.772
Obrigações fiscais	19	-	-	13.911	27.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	39.366	48.814
		-	-	534.305	593.171
Patrimônio líquido					
Capital social	21	43.388	43.388	43.388	43.388
Ajustes de avaliação patrimonial		48.612	49.507	48.612	49.507
Reservas de lucros		22.143	22.143	22.143	22.143
		114.143	115.038	114.143	115.038
Total do passivo e patrimônio líquido					
		142.296	183.027	1.323.437	1.352.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	22	-	-	1.330.235	1.274.243
Custos dos produtos vendidos	23	-	-	(954.141)	(926.538)
Lucro bruto		-	-	376.094	347.705
Despesas de vendas	23	-	-	(142.269)	(138.264)
Despesas administrativas	23	-	-	(84.063)	(76.242)
Resultado da equivalência patrimonial	13	56.567	62.830	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23 e 28	3	(1)	4.517	7.330
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		56.570	62.829	154.279	140.529
Receitas financeiras	24	35	24	96.157	92.889
Despesas financeiras	24	(1)	(1)	(224.586)	(190.035)
Variações monetárias e cambiais líquidas	24	-	-	30.504	25.343
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		56.604	62.852	56.354	68.726
Imposto de renda e contribuição social	10				
Corrente		-	(5)	(12.297)	(21.948)
Diferido		-	-	12.541	16.069
Lucro líquido do exercício		56.604	62.847	56.598	62.847
Resultado por ação:					
Básico e diluído por ação (em R\$ por ação)	26			1,27	1,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício	56.604	62.847	56.598	62.847
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	56.604	62.847	56.598	62.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Total
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.388	50.488	5.993	8.673	7.477	-	116.019
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	62.847	62.847
Realização do custo atribuído	-	(1.486)	-	-	-	1.486	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	505	-	-	-	(505)	-
Destinações:							
Dividendos - Nota 21	-	-	-	-	-	(63.828)	(63.828)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.388	49.507	5.993	8.673	7.477	-	115.038
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	56.604	56.604
Realização do custo atribuído	-	(1.356)	-	-	-	1.356	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	461	-	-	-	(461)	-
Destinações:							
Dividendos - Nota 21	-	-	-	-	-	(21.499)	(21.499)
Dividendos compensados- Nota 21	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	43.388	48.612	5.993	8.673	7.477	-	114.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.604	62.852	56.354	68.726
Ajustes por:				
Depreciação imobilizado	-	-	22.077	20.668
Amortização do intangível	-	-	8.426	7.306
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	1.377	1.842
Juros apropriados e variações monetárias	-	-	109.576	83.391
Juros apropriados partes relacionadas PF	-	-	(28.431)	(27.753)
Juros apropriados arrendamento mercantil	-	-	4.475	4.129
Provisão (reversão) para perda de estoques	-	-	(216)	(534)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	-	2.168	(1.011)
Baixa de imobilizado	-	-	2.020	2.475
Equivalência patrimonial	(56.567)	(62.830)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	(1.377)	(6.168)
Variações em:				
(Aumento) / redução em contas a receber	(1.653)	-	(49.149)	11.570
(Aumento) / redução nos estoques	-	-	21.511	(121.347)
(Aumento) / redução nos impostos a recuperar	-	-	(6.722)	6.023
(Aumento) / redução em outras contas a receber	41.438	(136)	(12.295)	2.312
Aumento / (redução) em fornecedores	-	-	(15.440)	36.976
Aumento / (redução) em obrigações fiscais	(86)	21	(9.642)	(8.549)
Aumento / (redução) em outras contas a pagar e provisões	(82.915)	(3)	31.725	1.906
Pagamento / (redução) de contingências	-	-	(3.806)	(6.621)
Aumento / (redução) em salários, encargos e contr. Sociais	266	69	2.868	4.158
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4)	(11.308)	(5.607)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(42.913)	(31)	124.197	73.892
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de controlada e outros investimentos	-	-	(123)	(250)
Baixa de investimento	-	-	-	2.640
Dividendos recebidos	57.462	14.308	-	-
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	(70.814)	(61.068)
Aquisições de ativo intangível	-	-	(5.708)	(7.065)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	57.462	14.308	(76.645)	(65.743)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(14.600)	(14.240)	(14.600)	(14.308)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	273.206	382.641
Pagamento de empréstimos (principal)	-	-	(263.629)	(255.251)
Pagamento de empréstimos (juros)	-	-	(101.517)	(80.587)
Adições arrendamento mercantil	-	-	574	-
Pagamento arrendamento mercantil	-	-	(11.784)	(10.106)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(14.600)	(14.240)	(117.750)	22.389
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(51)	37	(70.198)	30.538
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	707	670	310.437	279.899
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	656	707	240.239	310.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia, com sede na Rua Padre Auling, 595, Bairro Industrial, em São Ludgero, Santa Catarina, tem por objetivo a fabricação de embalagens flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagens, tais como: copos descartáveis impressos ou não, pratos, potes, bandejas expandidas, laminados plásticos, copos de papel, entre outros e recuperação de resíduos sólidos.

O resultado EBITDA recorrente de 2025, assim como em 2024 representou um novo recorde anual com destaque, neste exercício, para o segmento de embalagens flexíveis, onde o resultado EBITDA também foi recorde anual e para qual a empresa vem direcionando a maior parte da sua capacidade de investimento.

A Companhia continuou na sua estratégia de alongamento do perfil da dívida através da captação de recursos de longo prazo para liquidação das dívidas já contabilizadas no curto prazo, encerrando o exercício com 33% da dívida no curto prazo e 67% no longo prazo.

Neste início de 2026 as atenções estão voltadas para a Guerra no Oriente Médio e o possível impacto no preço das resinas termoplásticas e, em função disto, a empresa já aumentou seus estoques procurando evitar com isto um impacto maior no custo destas resinas e, principalmente, com o objetivo de garantir um estoque suficiente diante de uma eventual interrupção no fornecimento.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

Nome	Principal atividade	Sede	% participação	
			2025	2024
Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens - Consolidado	Fabricação e comercialização de embalagens flexíveis e produtos termoformados descartáveis para embagem e acondicionamento	São Ludgero - SC	100%	100%
Araras Administradora de Bens	Administração e locação de bens próprios.	São Ludgero - SC	100%	100%

A controlada Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens consolidado compreende a Copobras da Amazônia Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., consolidado.

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Determinados saldos do período comparativo foram reclassificados para seguir a apresentação do período corrente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Consolidação--Continuação

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre as companhias, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.3. Consolidação--Continuação

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional.

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

2.6.1. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, e partes relacionadas.

2.6.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas.

2.6.3. *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.3. *Desreconhecimento (baixa)*--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

2.6.4. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.4. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros

2.6.5. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores risco sacado, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

2.6.6. *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.6.6. *Mensuração subsequente*--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

2.6.7. *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.6.7. *Desreconhecimento (baixa)*--Continuação

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*) e ajuste a valor presente.

2.8. Estoques

Os estoques de matérias primas, materiais de embalagem e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de realização líquido de impostos e despesas de venda. Os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados foram avaliados pelo custo médio através do método de custeio de absorção total.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.9. Ativos intangíveis--Continuação

A Companhia reconhece como ativos intangíveis:

a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir ou desenvolver os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

c) Carteira de clientes

As carteiras de clientes são reconhecidas conforme o método de ganhos excedentes em múltiplos períodos, pois é possível calcular o valor presente dos fluxos de caixas futuros que se espera que sejam gerados pela carteira de clientes isoladamente. A vida útil estimada da carteira de clientes é de 5 anos, período pelo qual seus saldos serão amortizados.

d) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.9. Ativos intangíveis--Continuação

d) Marcas e patentes--Continuação

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	<u>Ágio</u>	<u>Softwares</u>	<u>Marcas e patentes</u>
Vida útil	Indefinida	Definida (5 anos)	Definida (10 anos)
Método de amortização utilizado	Não amortiza	Amortização linear conforme vida útil	Amortização linear ao longo do prazo da patente
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos

2.10. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.10. Imobilizado--Continuação

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis. A Companhia reavalia anualmente as taxas de depreciação.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	50 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de processamento de dados	4 anos

2.11. Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.11. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

2.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.12. Arrendamentos--Continuação

Companhia como arrendatário--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.13. Fornecedores e fornecedores risco sacado

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação não altera os termos contratuais negociados com estes fornecedores.

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.15. Impostos

a) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

b) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Os principais benefícios são salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário, vale transporte e vale alimentação.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17. Reconhecimento da receita

O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida.

Venda de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Abatimento por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.17. Reconhecimento da receita--Continuação

Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

2.18. Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente de ativos e passivos.

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “fornecedores”, “estoques” e “custo dos produtos vendidos” e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.

As operações de vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica “receita de vendas” e “contas a receber de clientes” e sua realização é registrada na rubrica “receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

2.19. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.19. Subvenções governamentais--Continuação

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- (i) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- (i) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas,
- (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para imposto diferido é reconhecida com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pelo Conselho de administração da Companhia.

3.1.2. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da UGC objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas UGCs, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 14.

3.1.4. Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui contratos de mútuo com acionistas no montante de R\$128.819. O reconhecimento de saldo de mútuos com os acionistas está condicionado à capacidade da Companhia gerar lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos mesmos honrarem com seu pagamento. As projeções elaboradas pela Companhia indicam geração de lucros para pagamento dos dividendos suficientes para realização do saldo até 2028, e estão sujeitas a premissas e julgamentos que podem ser afetadas por condições de mercado, tais como crescimento das operações e níveis de rentabilidade.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") e Euros ("EURO") permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a exposição cambial em reais estava assim apresentada:

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Ativo		
Contas a receber		
Em USD	36.249	27.274
Em Euros	-	-
	<u>36.249</u>	<u>27.274</u>
Passivo		
Fornecedores		
Em USD	(20.487)	(22.145)
Em Euros	(1)	(390)
Empréstimos		
Em USD	(139)	(170)
	<u>(20.627)</u>	<u>(22.705)</u>
Exposição líquida	<u>15.622</u>	<u>4.569</u>

A Companhia para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial, contratou derivativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") no mercado financeiro.

Em virtude das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, foi implantada uma "Política de Proteção Cambial", que estabelece níveis de exposição vinculados a esses riscos. Consideram-se valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Companhia decorrentes de:

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

i) *Risco cambial*--Continuação

- (i) Compras de insumos para a produção
- (ii) Importação de máquinas e equipamentos
- (iii) Dívidas em moeda estrangeira
- (iv) Vendas a clientes mercado externo

As operações com derivativos visam exclusivamente mitigar os riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. A Companhia contrata para exposições cambiais operações com derivativos denominadas compra a termo de moeda *Forward*. Em 31 de dezembro de 2025 não havia saldo contratado.

Os efeitos no resultado das operações com derivativos estão apresentados na Nota 24 na rubrica operações de swap.

ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui recebíveis com partes relacionadas com vencimentos a partir de 2025 em montantes significativos e que serão liquidados com recursos próprios dos acionistas ou provenientes de dividendos. A administração espera que existam lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos sócios honrarem com esses recebíveis em aberto.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

Embora a Companhia possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. A Companhia mantém ainda registrado provisão para devedores duvidosos adequada.

Com relação aos valores a receber decorrentes de contratos com seus acionistas, a exposição máxima ao risco de crédito refere-se ao montante a receber de R\$128.819 em 31 de dezembro de 2025 (R\$183.302 em 31 de dezembro de 2024) (nota 12), no caso de inadimplemento por parte deles, a Companhia estará sujeita a ter que reconhecer uma perda com impacto na sua posição patrimonial e financeira e no resultado das operações. Este risco surge caso a Companhia não gere lucros suficientes que permitam a distribuição de dividendos aos seus acionistas, cujos valores seriam utilizados para quitação dos mútuos, bem como da impossibilidade deles de quitarem integralmente os valores devidos a Companhia com utilização de seu patrimônio pessoal.

Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial:

i) *Controladora*

Não apresentava saldos em 31 de dezembro de 2025.

ii) *Consolidado*

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	2025				2030 a 2033
			Vencimentos				
			2026	2027	2028	2029	
Fornecedores	156.0792	237.444	237.444	-	-	-	
Fornecedores risco sacado	135.907	157.732	157.732	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	666.301	864.364	302.145	293.372	166.721	72.959	29.167
Arrendamento mercantil	44.321	44.321	17.062	9.962	6.106	3.701	7.490
	1.002.608	1.303.861	714.383	303.334	172.827	76.660	36.657

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 podem ser assim sumariados:

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Total dos empréstimos (Nota 17)	666.301	648.665
Arrendamentos	44.321	43.386
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(240.239)	(310.437)
Dívida líquida	470.383	381.614
Total do patrimônio líquido	114.143	115.015
Total do capital	584.526	496.629
Índice de alavancagem financeira - %	24	30

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores assim como os saldos de empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não tinha valores mensurados ao valor justo.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício.

	Consolidado Consolidado	
	2025	2024
Partes relacionadas		
Grupo 1 - a vencer	129.819	183.302
Contas a receber de clientes		
Grupo 2 - a vencer	139.503	101.757
Grupo 3 - vencidas até 180 dias	6.563	7.017
	274.885	292.076

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	1	1	38	46
Depósitos bancários	-	-	18.305	57.424
Aplicações de liquidez imediata	655	706	221.896	252.967
	656	707	240.239	310.437

As aplicações financeiras são CDBs remunerados com base na variação do CDI (entre 70% a 101%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
No país	136.178	95.459
No exterior	37.003	28.134
Cheques em cobrança	125	125
	173.306	123.718
(-) Ajuste a valor presente	(8.398)	(4.047)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.561)	(9.199)
(-) Provisão descontos incondicionais	(4.036)	(3.582)
	150.311	106.890

O saldo de contas a receber no país contempla as contas a receber de partes relacionadas divulgados na nota 12. O prazo médio de recebimento praticado pela Companhia é de 41 dias.

a) Contas a receber por vencimento

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	158.214	114.019
Vencidas até 180 dias	6.563	7.017
Vencidas acima de 180 dias	8.529	2.682
	173.306	123.718

As perdas de créditos esperadas são constituídas conforme IFRS 9/CPC 48, adicionalmente a administração analisa valores relevantes em atraso e constitui uma perda adicional caso necessário. As perdas apresentam a seguinte movimentação:

	Consolidado	
	2025	2024
Início do exercício social	(9.199)	(10.034)
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	-	56
Provisão para devedores duvidosos - CPC 48/IFRS 9	(1.377)	(1.842)
Baixas de incobráveis no exercício	15	2.621
	(10.561)	(9.199)

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Produtos acabados	61.338	56.805
Produtos em elaboração	46.857	34.959
Matérias-primas	162.677	126.700
Material de uso e consumo	9.344	7.665
Adiantamentos a fornecedores	16.849	87.671
Provisão para estoques obsoletos	(1.376)	(1.592)
Outros	(3.178)	1.555
	292.511	313.763

Movimentação da provisão para estoques obsoletos.

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.592)
Adições	(1.066)
Baixas	1.282
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.376)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía estoques dados em garantia.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
ICMS - CIAP	6.494	6.469
ICMS a recuperar	5.812	4.769
IPI	8.889	1.435
PIS e COFINS	8.332	7.325
IRPJ	7.555	9.810
CSLL	1.671	1.772
INSS	6.232	6.683
Total	44.985	38.263
Circulante	40.279	33.742
Não circulante	4.706	4.521

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições a recuperar--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía nos livros de suas controladas Copobras da Amazônia Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. e Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. os montantes referentes ao trânsito em julgado das ações referentes a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS. Estes montantes afetaram positivamente seus resultados conforme apresentados:

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Ativo		
Circulante	<u>3.101</u>	<u>4.606</u>
Resultado financeiro	<u>125</u>	<u>105</u>

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os impostos diferidos ativos e passivos consolidados tem a seguinte origem:

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
IR e CS diferidos ativos		
Provisões	22.403	20.979
Prejuízos fiscais	24.887	11.026
	<u>47.290</u>	<u>32.005</u>
IR e CS diferidos passivos		
Depreciação acelerada incentivada	(6.678)	(5.560)
Custo atribuído	(49.723)	(48.724)
Reavaliação ativo imobilizado	(2.650)	(2.476)
Ajuste a valor presente	(4.927)	(4.474)
Ganho compra vantajosa	(7.178)	(7.178)
Exclusão ICMS da base cálculo do PIS/COFINS	(65)	(65)
Outras temporárias	(2.440)	(2.440)
	<u>(73.661)</u>	<u>(70.917)</u>
IR e CS diferidos passivos	<u>(26.371)</u>	<u>(38.912)</u>
IR e CS diferidos apresentados no ativo	12.995	9.902
IR e CS diferidos apresentados no passivo	39.366	48.814

(*) O IR e CS diferidos passivos líquidos consolidados são apresentados deduzidos dos respectivos impostos ativos diferidos das controladas.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos--Continuação

Os impostos diferidos do resultado têm a seguinte origem:

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.604 34%	62.852 34%	56.354 34%	68.726 34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(19.245)	(21.370)	(19.160)	(23.367)
Exclusões (adições) permanentes				
Equivalência patrimonial	19.235	21.362	-	-
Incentivos fiscais	-	-	18.415	14.799
Brindes, doações e bonificações	-	-	(439)	(238)
Despesas indedutíveis	-	-	(388)	(354)
Reintegra	-	-	-	5
Atualização créditos de Pis e Cofins	-	-	1.754	346
Débito autorregularização incentivada	-	-	-	1.388
Perdão dívida autorregularização incentivada	-	-	-	3.058
Outros	10	3	62	(1.516)
Efeito dos impostos no resultado do exercício	-	(5)	244	(5.879)
Corrente	-	(5)	(12.297)	(21.948)
Diferido	-	-	12.541	16.069
Alíquota efetiva	-	-	0%	(9%)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2026	3.582
2027	4.766
2028	5.587
2029	6.723
2030	4.229
	24.887

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outras contas a receber

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Precatórios	-	-	2.898	2.997
Despesas antecipadas	-	-	5.003	2.690
Encargos de previdência privada (i)	-	-	11	11
Bonificação de matéria prima	-	-	8.350	4.860
Outras contas a receber	-	1.387	8.291	1.445
	-	1.387	24.553	12.003
Circulante	-	1.387	20.955	8.757
Não circulante	-	-	3.598	3.246

12. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações - controladora

	<u>2025</u>	
	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>
Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens	1.653	25.855
	1.653	25.855
	<u>2024</u>	
	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>
Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens	1.388	65.906
	1.388	65.906

a.1) *Contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de produtos, cujo prazo médio de recebimento é de 41 dias.*

a.2) *Mútuo ativo não circulante consolidado*

A partir de janeiro de 2025 a Companhia passou a utilizar a taxa média de juros de 1,65% a.m. (1,37% a.m. em 2024) na atualização dos contratos de mútuo, conforme novo critério de apropriação de juros autorizado em Ata de reunião extraordinária de Diretoria, datada de 1º de abril de 2020 com efeito retroativo. A taxa utilizada é acordada entre as partes.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldo e transações - controladora--Continuação

a.2) *Mútuo ativo não circulante consolidado--Continuação*

A administração da Companhia considera que os mútuos sejam pagos principalmente através de retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, ou alternativamente através da venda das ações da Companhia detida pelos acionistas a terceiros, com os recursos sendo utilizados preferencialmente na quitação do recebível. Caso os pagamentos de mínimos não sejam realizados nas datas previstas, a diferença paga a menor será acumulada para a quitação preferencial com dividendos disponibilizados subsequentemente. Adicionalmente, os acionistas possuem patrimônio pessoal que poderá, eventualmente, dar cobertura parcial à quitação dos mútuos, na medida em que essa fonte adicional de recursos seja necessária.

Em 28 de novembro de 2025 a Companhia registrou Instrumento Particular de Assunção de Dívida de mútuos entre os mutuários pessoas físicas e suas respectivas empresas de participações.

A abertura do saldo de mútuos em 31 de dezembro de 2025 está apresentada conforme abaixo:

	2025		
	Principal	Juros	Total
Kili Participações Ltda	16.476	27.575	44.051
Lamiru Participações Ltda.	15.339	24.780	40.119
Malak Participações Ltda.	13.701	23.975	37.676
Katmi Participações Ltda.	2.534	4.439	6.973
	48.050	80.769	128.819

Movimentação do saldo de mútuos consolidado

	2025			
	Saldo inicial	Juros	Pagamento	Saldo Final
Kili Participações Ltda.	61.583	9.617	(27.149)	44.051
Lamiru Participações Ltda.	58.302	8.966	(27.149)	40.119
Malak Participações Ltda.	53.092	8.269	(23.685)	37.676
Katmi Participações Ltda.	10.325	1.579	(4.931)	6.973
	183.302	28.431	(82.914)	128.819

As receitas financeiras decorrentes dos contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$28.431 (R\$27.753 em 31 de dezembro de 2024), e estão reconhecidas na rubrica "Variações monetárias".

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldo e transações - controladora--Continuação

a.3) *Projeção de resultados*

Em função dos compromissos mencionados nos itens supracitados, a Companhia preparou uma projeção de resultados visando demonstrar: (i) a capacidade de geração de lucros suficientes a distribuição de dividendos e, por consequência, viabilizando a quitação dos mútuos pelos acionistas; e (ii) a geração de fluxos de caixa suficientes para a quitação de mútuos avalizados pela Companhia em nome dos acionistas.

A Companhia em suas projeções de resultado, estima a geração de dividendos suficientes para o pagamento dos mútuos e avais, e seus devidos juros e correções, até o exercício 2028.

a.4) *Demais informações sobre as transações com partes relacionadas*

Não houve perdas reconhecidas no exercício de 2025 relacionadas a dívidas incobráveis com partes relacionadas e não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas no ativo em 31 de dezembro de 2025, motivo pelo qual a Administração não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses valores.

O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas e diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	15.642	14.909

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento em controladas

a) Informações sobre investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Copobras Participações S.A. e suas controladas Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens consolidado e Araras Administradora de Bens Ltda., conforme apresentado a seguir:

	2025		
	Copobras S.A. (Consolidado)	Araras Administradora Bens	Total
Patrimônio líquido	114.120	10	-
Resultado do exercício	55.573	994	-
% de participação no capital	100	100	
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	115.015	10	115.025
Destinação de dividendos	(56.468)	(994)	(57.462)
Equivalência patrimonial	55.573	994	56.567
Saldo no final do exercício	114.120	10	114.130
	2024		
	Copobras S.A. (Consolidado)	Araras Administradora Bens	Total
Patrimônio líquido	115.015	10	-
Resultado do exercício	62.564	266	-
% de participação no capital	100	100	-
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	115.995	260	116.255
Destinação de dividendos	(63.544)	(516)	(64.060)
Equivalência patrimonial	62.564	266	62.830
Saldo no final do exercício	115.015	10	115.025

- (i) Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de embalagens plásticas flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, tais como: copos descartáveis impressos ou não, pratos, potes, bandejas expandidas, laminados plásticos, copos de papel, entre outros e recuperação de resíduos sólidos, situada na cidade de São Ludgero, no estado de Santa Catarina.
- (ii) Araras Administradora de Bens Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a administração e locação de bens próprios, situada na cidade de São Ludgero, no estado de Santa Catarina.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento em controladas--Continuação

a) Informações sobre investimentos--Continuação

	Copobras S.A. Consolidado	Araras Administradora Bens
	31.12.2025	31.12.2025
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	239.571	12
Contas a receber de clientes	149.591	720
Estoques	292.511	-
Impostos e contribuições a recuperar	40.277	-
Outras contas a receber	20.955	-
	742.905	732
Não circulante		
Depósitos judiciais	2.494	-
Impostos e contribuições a recuperar	4.706	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.995	-
Partes relacionadas	129.819	-
Outras contas a receber	3.598	-
	152.612	-
Investimentos		
Outros investimentos	4.744	1.258
Intangível	80.814	-
Imobilizado	339.714	-
	577.884	1.258
Total do ativo	1.320.789	1.990

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento em controladas--Continuação

a) Informações sobre investimentos--Continuação

	Copobras S.A. Consolidado	Araras Administradora Bens
	31.12.2025	31.12.2025
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	157.732	-
Fornecedores risco sacado	135.907	-
Empréstimos e financiamentos	218.666	-
Arrendamento mercantil	17.062	-
Salários, encargos e contribuições sociais	36.498	6
Obrigações fiscais	28.228	30
Dividendos	24.346	1.509
Outras contas a pagar	53.925	435
	672.364	1.980
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	447.635	-
Arrendamento mercantil	27.259	-
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	6.134	-
Obrigações fiscais	13.911	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.366	-
	534.305	-
Patrimônio líquido		
Capital social	43.365	10
Ajuste de avaliação patrimonial	48.612	-
Reservas de lucros	22.143	-
	114.120	10
Total do passivo	1.320.789	1.990

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento em controladas--Continuação

b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

i) *Balanço patrimonial sintético*

	Controladas			
	Copobras S.A. Consolidado		Araras Administradora de Bens	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante	742.905	772.875	732	6
Não circulante	577.884	577.197	1.258	1.258
Total do ativo	1.320.789	1.350.072	1.990	1.264
Passivo				
Circulante	672.364	641.886	1.980	1.254
Não circulante	534.305	593.171	-	-
Total do passivo	1.206.669	1.235.057	1.980	1.254
Patrimônio líquido	114.120	115.015	10	10
Total passivo	1.320.789	1.350.072	1.990	1.264

ii) *Demonstração do resultado sintética*

	Controladas			
	Copobras S.A. Consolidado		Araras Administradora de Bens	
	2025	2024	2025	2024
Receitas	1.329.088	1.273.768	1.147	475
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.273	68.398	1.050	306
Lucro líquido	55.573	62.564	994	266

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

Consolidado

	Ágio	Software	Marcas e patentes	Direito de uso prédios	Carteira de clientes	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	28.250	5.953	465	40.833	-	75.501
Adições	-	7.055	10	6.874	-	13.939
Baixas por recomposição de saldo	-	-	-	(6.274)	-	(6.274)
Amortização	-	(1.132)	(139)	(6.035)	-	(7.306)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	28.250	11.876	336	35.398	-	75.860
Adições	-	5.692	16	7.672	-	13.380
Amortização	-	(1.250)	(142)	(7.034)	-	(8.426)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	28.250	16.318	210	36.036	-	80.814
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	28.250	23.167	2.369	72.660	7.342	133.788
Amortização acumulada	-	(6.849)	(2.159)	(36.624)	(7.342)	(52.974)
Saldo contábil líquido	28.250	16.318	210	36.036	-	80.814

Ágio

O ágio gerado na aquisição da Braspack S/A está reconhecido pelo valor de R\$28.250 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Não ocorreu nenhum fato durante o ano que leve a suscitar dúvidas quanto a realização. O valor recuperável do fluxo de caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas. Em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável do fluxo de caixa para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período. As premissas-chave utilizadas no teste de *impairment* são as que seguem:

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível--Continuação

Ágio--Continuação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Braspack</u>	<u>Braspack</u>
Taxa de crescimento estimada anual %	5,5%	5,5%
Taxa de desconto anual %	16,8%	16,0%
Período em anos	10,5	10,5
Dispêndio anual em imobilizado - R\$	500	500
Valor recuperável - R\$	39.931	49.583

Tanto o volume de vendas como os custos e despesas operacionais foram projetados levando em consideração a taxa de crescimento estimada anual alocada a uma projeção prevista de dez anos. Esta taxa se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

A taxa de desconto anual leva em conta a média do custo de captação que a Companhia vem praticando em suas captações de recursos no mercado financeiro.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento para reforma/manutenção das máquinas. Ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado para a reforma/manutenção pós-aquisição do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

Carteira de clientes

A Companhia reconheceu em seu intangível, o valor de R\$7.342 referente a carteira de clientes na aquisição da empresa Sealed Air Embalagens Ltda, atualmente denominada Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, controlada pela Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. As carteiras de clientes são reconhecidas conforme o Método de Ganhos Excedentes em Múltiplos Períodos, pois é possível calcular o valor presente dos fluxos de caixas futuros que se espera que sejam gerados pela carteira de clientes isoladamente. A vida útil estimada da carteira de clientes é de 5 anos, tendo seus saldos amortizados em 2023.

Direito de uso imóvel

A Companhia reconheceu em seu intangível direito de uso de imóvel em atendimento ao CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, que é equivalente à norma internacional IFRS - Leases. O CPC 06 (R2) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. Os efeitos desta adoção estão apresentados na nota 25.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

a) Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	35.582	72.894	130.154	1.238	317	3.123	8.965	2.799	255.072
Adições	1.579	4.033	41.853	534	182	495	1.287	11.105	61.068
Baixas	(2)	-	(2.330)	-	(93)	(35)	-	-	(2.460)
Transferências para investimento	(15)	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Transferências	-	324	3.042	78	178	7	-	(3.629)	-
Depreciação	-	(1.937)	(17.069)	(164)	(129)	(729)	(640)	-	(20.668)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	37.144	75.314	155.650	1.686	455	2.861	9.612	10.275	292.997
Adições	5	1.208	22.274	543	172	945	1.125	44.542	70.814
Baixas	-	(25)	(1.855)	-	-	(5)	-	(135)	(2.020)
Transferências	-	3.138	11.639	63	181	10	287	(15.318)	-
Depreciação	-	(1.905)	(18.356)	(203)	(172)	(745)	(696)	-	(22.077)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	37.149	77.730	169.352	2.089	636	3.066	10.328	39.364	339.714
Em 31 de dezembro de 2025									
Custo	37.149	105.915	487.244	5.570	3.992	10.449	14.836	39.364	704.519
Depreciação acumulada	-	(28.185)	(317.892)	(3.481)	(3.356)	(7.383)	(4.508)	-	(364.805)
Saldo contábil líquido	37.149	77.730	169.352	2.089	636	3.066	10.328	39.364	339.714
Taxa de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

a) Consolidado--Continuação

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2025, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável, que gerasse a necessidade de teste de *impairment*.

O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2025 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição de máquinas, construções e outros ativos, que serão concluídos entre 2025 e 2026.

O montante de R\$19.303 em 31 de dezembro de 2025, (R\$18.033 em 2024) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$1.068 (R\$981 em 2024) em "Despesas com vendas" e R\$836 (R\$1.653 em 2024) em "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2025 os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$206.153 e em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$176.375.

A Companhia possui itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que continuam em operação. A composição destes itens está apresentada a seguir:

<u>Custo</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Máquinas e equipamentos	97.300	96.954
Equipamentos e processamento de dados	4.422	4.149
Móveis e utensílios	2.593	2.498
Veículos	2.967	3.218
Outros	991	894
Total	108.273	107.713

16. Fornecedores e fornecedores risco sacado

<u>Fornecedores</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores nacionais	158.482	214.911
Fornecedores internacionais	20.487	22.534
Ajuste a valor presente	(22.890)	(17.205)
	156.079	220.240

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores e fornecedores risco sacado--Continuação

Os saldos de fornecedores são referentes a compras de insumos e maquinários utilizados na produção. O saldo de fornecedores nacionais contempla as operações com partes relacionadas conforme divulgado na nota 12.

Fornecedores risco sacado

Fornecedores	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores risco sacado	141.745	97.429
Ajuste a valor presente risco sacado	(5.838)	(4.558)
	135.907	92.871

A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação visa alongar o prazo de pagamento aos fornecedores, sem, no entanto, alterar os termos contratuais negociados com estes. O prazo médio de pagamento desses títulos é de 180 dias.

O saldo de fornecedores risco sacado, é reconhecido ao seu valor presente, sendo os juros reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício pelo regime de competência.

17. Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento	Consolidado	
			2025	2024
Em moeda nacional				
Capital de giro	4,01%+CDI	2032	576.118	515.833
Capital de giro	14,86% Pré-Fixada	2026	-	16.405
Capital de giro	12,72% IPCA	2030	34.598	-
Debêntures	4,73% + CDI	2029	39.039	96.881
Consórcio	6,62% Pré-fixada	2027	160	216
Comissões e taxas financiamentos			(7.358)	(8.264)
			642.557	621.071
Em moeda estrangeira				
Capital de Giro	9,66% Pré-fixada + variação cambial	2027	23.744	27.594
			23.744	27.594
			666.301	648.665
Parcela do circulante			218.666	167.838
Parcela do não circulante			447.635	480.827

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladas e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$300.539 (em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$304.011). Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, para cédula de crédito do Banco da Amazônia, a Companhia possuía garantias reais na modalidade de hipoteca de imóveis no valor de R\$16.250.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, para cédula de crédito do Banco Badesc, a Companhia possuía garantias reais na modalidade de hipoteca de imóveis no valor de R\$34.532.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, para cédulas de crédito bancário em favor do Banco BDMG, a Companhia possuía garantias reais na modalidade de hipoteca de imóveis no valor de R\$20.793.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2025, para cédulas de crédito bancário em favor do Banco BTG Pactual, a Companhia possuía garantias no valor de R\$17.497.
 - Hipoteca de imóveis da Copobras S.A. no valor de R\$8.497.
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S.A. no valor de 25% do saldo devedor.
- (v) Em 31 de dezembro de 2025, para as cédulas de crédito bancário em favor do Banco do Brasil, a Companhia possuía garantias reais na modalidade de hipoteca de imóveis no valor de R\$50.785.
 - Hipoteca de imóveis da Copobras S.A. no valor de R\$43.890;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S.A. no valor de 10% do saldo devedor.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 as parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

	<u>Consolidado</u>
2027	226.558
2028	137.636
2029	59.434
2031 a 2033	24.007
	<u>447.635</u>

A movimentação dos saldos de empréstimos está apresentada abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	648.665	518.471
Adições	273.206	382.641
Juros incorridos	109.576	83.391
Juros pagos	(101.517)	(80.587)
Amortizações	(263.629)	(255.251)
Saldo final	<u>666.301</u>	<u>648.665</u>

Os contratos de financiamentos mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, das quais destacamos:

- (a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo Ebitda Ajustado, igual ou inferior a 2,5 vezes.
- (b) Relação entre Ebitda Ajustado e resultado financeiro líquido maior ou igual a 2,0 vezes.

Em relação ao *covenant* do Ebitda/Resultado Financeiro Líquido, a Companhia renegociou o índice para maior ou igual a 1,5 vezes, exclusivamente para medição de 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia está em conformidade com as referidas cláusulas.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Debêntures

A emissão de debêntures simples (COPO15), não conversíveis em ações, ocorreu em 30 de junho de 2021, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, privada, emitida em série única de 80.000.000 debêntures com valor nominal de R\$1,00, sob uma taxa de 5,5% a.a. somado a CDI. O prazo da operação é de 5 anos e 4 meses com carência de 1 ano e 9 meses. Em 05 de setembro de 2025, liquidamos antecipado a totalidade desta operação.

Em 23 de janeiro de 2024 a Companhia realizou a 6ª e 7ª emissões de Debêntures simples, não conversíveis em ações com colocação privada. Estas duas emissões inserem-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultou na emissão da 19ª e 20ª emissões de certificados de recebíveis do agronegócio - CRA tendo a Travessia Securitizadora S.A. como emissora e a 6ª e 7ª emissões de Debêntures como lastro.

A 6ª emissão foi dividida em duas séries:

- 1ª série, taxa de CDI + 4%a.a, prazo de 2 anos e 8 meses, sendo 1 ano e 2 meses de carência;
- 2ª série, taxa de CDI + 5%a.a, prazo de 5 anos, sendo 1 ano e 6 meses de carência;
- A 7ª emissão seguiu as mesmas condições da 2ª série da 6ª emissão.

O valor total de captação foi de 50 milhões, com garantia total de 110%, sendo 30% de certificados de recebíveis e demais composição entre máquinas, equipamentos e estoque,

18. Salários encargos e contribuições sociais

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados	1.316	1.149	31.633	29.346
INSS	331	238	5.020	4.563
FGTS	-	-	1.504	1.380
	1.653	1.387	38.157	35.289

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Parcelamento Lei 12.996/2014	-	-	6.043	7.130
ICMS	-	-	4.333	4.320
IPI	-	-	3.770	2.636
COFINS/PIS	-	-	925	425
IRPJ/CSL	-	-	1.251	239
Parcelamento especial - PERT - MP 783/2017	-	-	17.621	26.730
Parcelamento autorregularização incentivada	-	-	5.730	7.258
Outros	532	618	3.028	4.003
	532	618	42.701	52.741
Circulante	532	618	28.790	25.441
Não circulante	-	-	13.911	27.300

No ano de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no qual foram incluídos os tributos vencidos no período de novembro de 2016 a março de 2017. A Companhia informa que vem cumprindo rigorosamente os requisitos do programa, bem como efetuando regularmente o pagamento das parcelas, informa ainda que a consolidação ocorreu em 14 de dezembro de 2018.

20. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são envolvidas em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, tributários e trabalhistas.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotas”. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). Conforme opinião dos consultores internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que estas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme apresentado no quadro a seguir:

a) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas prováveis

	Consolidado					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Tributários	884	876	-	-	884	876
Trabalhistas	3.219	5.225	(130)	(384)	3.089	4.841
Cíveis	2.031	1.671	(2.364)	(2.364)	(333)	(693)
Total	6.134	7.772	(2.494)	(2.748)	3.640	5.024

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentada no quadro abaixo:

	Consolidado						
	Provisões			Depósitos judiciais			Líquido
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	876	5.225	1.671	-	384	2.364	5.024
Adições	8	(543)	2.703	-	243	-	1.925
Baixas	-	(1.463)	(2.343)	-	(497)	-	(3.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	884	3.219	2.031	-	130	2.364	3.640

Tributárias

O montante de R\$884 (Consolidado) refere-se a valores provisionados para cobertura de processos administrativos e judiciais da Companhia.

Trabalhistas

Provisão para riscos trabalhistas referem-se a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principalmente relacionados a pedido de verbas trabalhistas habituais, em especial: insalubridade pelo calor, horas “it inere”, horas extras e equiparação salarial.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

a) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas prováveis--Continuação

Cíveis

Contingências cíveis referem-se principalmente a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principalmente relacionados a danos morais e materiais.

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza tributária e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía o montante de R\$30.462 referente a processos judiciais com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, sendo R\$24.635 de natureza tributária, e R\$5.827 de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2024 estes montantes eram R\$20.644 de natureza tributária, R\$4.989 de natureza cível e R\$1.752 de natureza trabalhista.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social é de R\$43.388 totalmente subscrito e integralizado, representado por 44.580.000 ações, e sua composição é como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% Capital</u>
Kili Participações S.A.	14.597.141	32,74
Lamiru Participações S.A.	14.597.141	32,74
Malak Participações S.A.	12.734.482	28,57
Katmi Participações S.A.	2.651.236	5,95
	44.580.000	100,00

Conforme o Estatuto Social, a Companhia não possuía capital social autorizado.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a adoção em 1º de janeiro de 2009 do CPC 27 - Ativo Imobilizado. A Companhia optou por adotar o custo atribuído, assumindo ainda a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado por esta adoção.

c) Incentivos fiscais

A Companhia é detentora de regime especial para recolhimento de ICMS celebrado com a Secretaria de Estado da Receita do estado da Paraíba, nos termos do Decreto nº 40.212 de 30 de abril de 2020, vigente até 31 de dezembro de 2032.

d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de lucros a disposição da assembleia

Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações. De acordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007), o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

f) Distribuição de lucros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	56.604	62.847
Realização de reservas (custo atribuído)	895	981
Base de cálculo dos dividendos	57.499	63.828
Dividendos a distribuir	21.499	63.828
Dividendos compensados	36.000	-
Total de dividendos e juro sobre capital próprio	57.499	63.828
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	100%	100%

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

f) Distribuição de lucros--Continuação

A Companhia destinou dividendos aos acionistas em 2025 no montante de R\$57.499 (R\$63.828 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$14.376 foram destinados para pagamento, R\$36.000 foram compensados com mútuo e R\$7.123 serão compensados em 2023, conforme aprovação deliberada em AGE realizada no dia 15 de dezembro de 2025.

22. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta	1.836.591	1.751.312
Ajuste a valor presente	(74.279)	(63.498)
Impostos sobre vendas	(408.081)	(384.988)
Devoluções	(14.565)	(17.442)
Provisão devedores duvidosos	(1.377)	(1.842)
Descontos incondicionais	(8.054)	(9.299)
Receita líquida	1.330.235	1.274.243

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas por natureza e função

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	-	-	(277.790)	(249.802)
Provisão para bônus a empregados	-	-	(7.550)	(3.900)
Depreciação e amortização	-	-	(30.503)	(27.974)
Energia elétrica	-	-	(36.549)	(34.238)
Materiais consumidos	-	-	(641.888)	(617.824)
Fretes	-	-	(51.879)	(53.176)
Comissões	-	-	(34.474)	(33.686)
Gastos com manutenção	-	-	(38.195)	(35.236)
Gastos com viagens	-	-	(5.513)	(4.518)
Serviços de terceiros	-	-	(16.358)	(14.658)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	-	(2.140)	6.225
Aluguéis	-	-	(4.828)	(4.351)
Despesas não recorrentes (autos de infração)	-	-	(2.246)	(4.433)
Ganho (perda) de capital	-	-	2.081	(273)
Outros	3	(1)	(28.124)	(55.869)
Total dos custos e despesas	3	(1)	(1.175.956)	(1.133.713)
Demonstração resultado				
Custos dos produtos vendidos	-	-	(954.141)	(926.538)
Despesas de vendas	-	-	(142.269)	(138.264)
Despesas administrativas	-	-	(84.063)	(76.242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3	(1)	4.517	7.330
Total	3	(1)	(1.175.956)	(1.133.713)

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	-	-	(109.576)	(83.391)
Ajuste a valor presente	-	-	(80.012)	(62.424)
Juros apropriados e juros pagos outros	-	-	(20.682)	(28.765)
Juros apropriados leasing	-	-	(4.995)	(4.302)
Despesas bancárias	-	-	(4.473)	(4.129)
Outros	(1)	(1)	(4.848)	(7.024)
	(1)	(1)	(224.586)	(190.035)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	35	24	17.470	17.756
Juros recebidos	-	-	840	631
Ajuste a valor presente	-	-	69.948	62.612
Atualização créditos PER/DCOMP	-	-	5.159	1.021
Outras	-	-	2.740	10.869
	35	24	96.157	92.889
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Operações de swap	-	-	305	(809)
Variações cambiais	-	-	1.695	(1.672)
Variações monetárias	-	-	73	71
Variações monetárias - contratos mútuos	-	-	28.431	27.753
	-	-	30.504	25.343
Resultado financeiro líquido	34	23	(97.925)	(71.803)

25. Compromissos com arrendamento operacional

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

Durante o exercício de 2018, a Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Na adoção inicial foram identificados três contratos de aluguéis os quais se enquadravam na norma. No período encerrado em 31 de dezembro de 2025 não foram adicionados novos contratos e os três contratos identificados em 2018 foram remensurados. A seguir demonstramos as variações no ativo, passivo e resultado:

a) Direito de uso

Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 estão classificados na rubrica contábil de intangível e são representados por contratos de locação e demonstraram a seguinte movimentação:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	35.398
Adição	5.684
Reajuste das parcelas	1.986
Amortização	(7.033)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>36.035</u>

b) Arrendamentos a pagar

Os saldos de arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2025 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.386
Adição	6.258
Reajuste das parcelas	1.986
Pagamento de principal	(11.784)
Juros incorridos	4.475
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>44.321</u>
Circulante	17.062
Não circulante	27.259

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

b) Arrendamentos a pagar--Continuação

Os saldos têm vencimento conforme segue (saldo não circulante):

	<u>Consolidado</u>
2026	17.062
2027	9.962
2028	6.106
2029	3.701
2030 a 2033	7.490
	<u>44.321</u>

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 5 a 15 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 9 meses pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato.

c) Efeito resultado

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, com uma redução de R\$661 no consolidado em 2025, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

26. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Lucro por ação--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	<u>56.604</u>	62.847
Lucro total	<u>56.604</u>	<u>62.847</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	44.480	44.580
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,27	1,41

27. Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta por R\$1.331.916 para danos materiais e R\$506.727 para lucros cessantes.

28. Outras despesas operacionais líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisões com riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	-	(2.073)	6.167
Programa empresa cidadã	-	-	(402)	(303)
Multas e moras fiscais	-	-	(54)	(228)
Ganhos de capital	-	-	2.081	(273)
Gastos gerais	-	-	(1.566)	(2.138)
Resultado líquido na venda de aparas	-	-	6.383	3.834
Recuperação de perdas com incobráveis	-	-	-	56
Outras rendas/despesas	3	(1)	148	215
	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>4.517</u>	<u>7.330</u>

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções governamentais que visam compensar despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

29.1. Subvenções governamentais de custeio

Subvenção para custeio ou operacional é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com finalidade de auxiliá-la a fazer face ao seu conjunto de despesas e a realizar suas operações, ou seja, na consecução de seus objetivos sociais.

A Companhia possui subvenções de custeio sobre circulação de mercadorias e serviços concedidos pelos governos estaduais, principalmente dos estados do Amazonas e Paraíba.

Para usufruir da subvenção com o estado do Amazonas a Companhia possui dois benefícios fiscais: um vinculado à produção de bem final (prato, copo e pote), que consiste na redução de 55% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente, e outro vinculado à produção de bem intermediário (bobina de PP e PS), que consiste na redução de 90,25% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O primeiro benefício tem validade até 05 de outubro de 2026, enquanto o segundo é válido até 30/11/2027. Ambos estão diretamente ligados ao cumprimento de exigências relacionadas ao processo produtivo, benefícios sociais a empregados, desenvolvimento tecnológico, gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional, cumprimento das obrigações tributárias, e recolhimento de contribuição financeira durante o período de fruição dos incentivos, os quais a Companhia vem atendendo regularmente.

Para usufruir da subvenção com o estado da Paraíba, o recolhimento mensal a título de ICMS não poderá ser inferior a 1% do faturamento. O termo de validade tem vigência até 31 de dezembro de 2032.

29.2. Subvenções governamentais para investimento

Subvenção para investimento é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com a finalidade de auxiliá-la, não nas suas despesas, mas sim na aplicação específica em bens ou direitos para implantar ou expandir empreendimento econômicos.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Subvenções governamentais--Continuação

29.2. Subvenções governamentais para investimento--Continuação

A Companhia possui subvenções de imposto de renda referente ao lucro da exploração com redução de 75%, do imposto a pagar. Este imposto está diretamente ligado a condição de estar localizado nas regiões da Sudam ou Sudene. Para a controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. o período de vigência é de 01/01/2024 a 31/12/2033 para produção de bem final, de acordo com o Laudo Constitutivo nº 216/2024, e de 01/01/2023 a 31/12/2032 para produção de bem intermediário, de acordo com o Laudo Constitutivo nº 186/2023. Para a controladora o período de vigência é de 01/01/2019 a 31/12/2028, de acordo o Laudo Constitutivo nº 211/2019, expedido pela Sudene.

No período findo em 31 de dezembro de 2025 houve reconhecimento de R\$7.552 de incentivo no resultado na controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. (em 31 e dezembro de 2024 R\$5.166 na controladora), destinado para conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

30. Análise de sensibilidade

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

Câmbio

- (1) Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar e do euro utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para a próxima divulgação (em 31 de dezembro de 2025).
- (2) Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2025.
- (3) Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2025

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Análise de sensibilidade--Continuação

Câmbio--Continuação

Cenário com aumento taxa cambial

	Saldo 31/12/2025	Provável		Consolidado			
		Taxa	Ganho (perda)	25%		50%	
				Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)
Ativo							
Contas a receber							
Em USD	6.589	5,50	-	6,88	(9.062)	8,25	18.125
			-		(9.062)		18.125
Passivo							
Fornecedores							
Em USD	(3.723)	5,50	-	8,88	(5.122)	8,25	(10.244)
Em Euros	-	6,47	-	8,09	-	9,70	(1)
Empréstimos							
Em USD	(25)	5,50	-	6,88	(35)	8,25	(69)
			-		(5.157)		(10.314)
Exposição líquida			-		(14.219)		7.811

Cenário com diminuição da taxa cambial

	Saldo 31/12/2025	Provável		Consolidado			
		Taxa	Ganho (perda)	25%		50%	
				Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)
Ativo							
Contas a receber							
Em USD	6.589	5,50	-	4,13	(9.062)	2,75	(18.125)
			-		(9.062)		(18.125)
Passivo							
Fornecedores							
Em USD	(3.723)	5,50	-	4,13	5.122	2,75	10.244
Empréstimos							
Em USD	(25)	5,50	-	4,13	35	2,75	70
			-		5.157		10.314
Exposição líquida			-		(3.905)		(7.811)

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Análise de sensibilidade--Continuação

Câmbio--Continuação

Cenário com diminuição da taxa cambial--Continuação

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2025 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía contratos com derivativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") no mercado financeiro para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial.

Taxa de juros

- (1) Cenário base: para a definição do cenário base as taxas de juros utilizada pela Companhia segue os valores verificados em 31 de dezembro de 2025.
- (2) Cenário adverso: deterioração de 25% das taxas de juros com relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2025.
- (3) Cenário remoto: deterioração de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2025.

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Análise de sensibilidade--Continuação

Taxa de juros--Continuação

Cenário com aumento da taxa de juros

	Consolidado		Receita/(despesa)					
	Indexador	31/12/2025	Cenário provável		Cenário possível - 25%		Cenário remoto - 50%	
			Taxa Média a.a.	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a.	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a.	Efeito no Resultado
Aplicações financeiras								
CDBs	100%CDI	221.565	3,20%	7.079	3,99%	8.849	4,79%	10.619
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	(615.158)	15,00%	(92.274)	18,75%	(115.342)	22,50%	(138.411)
Capital de giro	IPCA	(34.598)	4,26%	(1.474)	5,33%	(1.842)	6,39%	(2.211)
Efeito no resultado				(86.669)		(108.335)		(130.003)

Cenário com diminuição da taxa de juros

	Consolidado		Receita/(despesa)					
	Indexador	31/12/2025	Cenário provável		Cenário possível - 25%		Cenário remoto - 50%	
			Taxa Média a.a.	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a.	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a.	Efeito no Resultado
Aplicações financeiras								
CDBs	100%CDI	221.565	3,20%	7.079	2,40%	5.309	1,60%	3.540
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	(615.158)	15,00%	(92.274)	11,25%	(69.205)	7,50%	(46.137)
Capital de giro	IPCA	(34.598)	4,26%	(1.474)	3,20%	(1.105)	2,13%	(737)
Efeito no resultado				(86.669)		(65.001)		(43.334)

31. Evento subsequente

Em 23 de janeiro de 2026 a Companhia realizou a 8ª emissão de Debênture (COPO18), não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, pública, emitida em série única de 30.000.000 debênture com valor nominal de R\$1,00, sob uma taxa de 4,5% a.a. somado ao CDI. O prazo total da operação é de 7 anos com carência de 2 anos.

Copobras Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Transações que não afetaram caixa

Conforme descrito na nota 21 em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetivou a compensação de dividendos distribuídos aos acionistas com saldo devedor de mútuos no valor de R\$36.000.

* * *